

# A Tese da Poupança Forçada e a Confederação Nacional da Indústria: 1954 - 1964

Lúcia Regina Centurião<sup>1</sup>  
Marcelo Luiz Curado<sup>2</sup>

## Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o pensamento da Confederação Nacional da Indústria, representado neste artigo por João Paulo de Almeida Magalhães, diretor do Departamento Econômico do órgão no período analisado, e a chamada teoria da poupança forçada. A tese da poupança forçada, associada com frequência aos modelos de crescimento de Cambridge, carrega em si a ideia de que o desenvolvimento pode ser acelerado através do aumento da poupança global e tem como desdobramento teórico a ideia de que a inflação pode desempenhar um papel positivo nesse processo, transferindo recursos da parcela da população que consome a maior parte de seus rendimentos para a parcela que contribui mais significativamente para a formação do capital. O artigo conclui que o autor defendia a tese em questão, apesar deste apontar que convencer a classe trabalhadora em abrir mão voluntariamente de parte de seus rendimentos era uma alternativa mais desejável que a inflação. Fica claro nos trabalhos do autor - constituindo-se parte significativa destes de publicações da CNI, a ideia de que o desenvolvimento econômico demandava sacrifício por parte de toda a sociedade e que a promoção do nacionalismo era um dos principais caminhos para difundir tal concepção. O período analisado corresponde ao íterim 1954 - 1964.

Palavras-chave: CNI, João Paulo de Almeida Magalhães, Poupança Forçada.

## 1. Introdução

Weber, ao tomar como objeto de estudo o capitalismo da maneira como se desenvolveu no Ocidente, faz uma contribuição assaz importante ao apontar o papel fundamental desempenhado pelos agentes que apresentavam o que ele denominou de "espírito do capitalismo" no que concernia à superação do tradicionalismo e ao desenvolvimento da economia ocidental. Sua ideia central era, portanto, que o *éthos* dessa comunidade fora um dos principais fatores que moldaram o sistema econômico. Neste contexto, a análise do pensamento empresarial brasileiro aparece como um meio bastante válido para a compreensão das particularidades inerentes ao desenvolvimento de nossa própria estrutura, e tal análise se torna ainda mais pertinente após a consolidação das entidades da classe em âmbito nacional. Resultado de um processo longo do qual fizeram parte por exemplo, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, em agosto de 1938 a Confederação Nacional da Indústria - CNI

---

<sup>1</sup> Professora Substituta do Departamento de Economia da UNESP.

<sup>2</sup> Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR.

é reconhecida oficialmente pelo governo federal e passa a ser a entidade máxima de representação industrial no país<sup>3</sup>. Tendo em mente estas considerações, o presente artigo objetiva delinear as principais características do pensamento econômico de João Paulo de Almeida Magalhães, diretor do Departamento Econômico do órgão, no que respeita ao que ficou conhecida como teoria da poupança forçada, durante o íterim 1954 - 1964.

A tese da poupança forçada, associada com frequência à teoria da distribuição de Cambridge<sup>4</sup>, carrega em si a ideia de que o desenvolvimento pode ser acelerado através de aumentos do volume de poupança da economia e tem também como subproduto a concepção de que a inflação pode desempenhar um papel positivo nesse processo, transferindo recursos da parcela da população que consome a maior parte de seus rendimentos para a parcela que contribui mais significativamente para a formação do capital. Franco (1996, 2005) denomina o ato de enxergar funcionalidade no processo inflacionário de "inflacionismo", e associa tal teoria ao pensamento desenvolvimentista. Dado que Bielschowsky (1995), ao listar os autores associados ao desenvolvimentismo, inclui também Magalhães e a CNI como um todo, o presente artigo vai também ao encontro da discussão de Curado e Cavalieri (2015) em torno do debate acerca da associação do pensamento desenvolvimentista à defesa do inflacionismo. Os autores em questão, ao analisarem os principais expoentes do desenvolvimentismo, Roberto Simonsen, Celso Furtado e Roberto Campos, concluem que o apontamento feito por Franco no que concerne ao pensamento desenvolvimentista poderia ser questionado, ainda que não era possível afirmar que em todos os espaços de discussão desenvolvimentista a tese tenha sido vista de forma crítica (CURADO E CAVALIERI, 2015, p. 26). Neste contexto, o presente artigo procura elucidar o debate ao expor as ideias da instituição, que, defendendo de fato a teoria da poupança forçada, oferece um contraste mais nítido com os demais autores que não a defendiam.

Partindo do pressuposto básico de que o teto de crescimento das economias em via de desenvolvimento era propriamente o capital, apresentando estas um significativo volume de desemprego marxista<sup>5</sup>, João Paulo de Almeida Magalhães adapta alguns modelos de crescimento das economias maduras para o caso das economias subdesenvolvidas, e a partir desses novos modelos, sugere uma série de medidas de política econômica tendo em vista o desenvolvimento, definido por ele como o aumento da renda *per capita* da população. Apesar de estar ligado sobretudo ao setor privado da economia, o autor, acumulando ao final do período analisado a

---

<sup>3</sup> Para uma análise pormenorizada da evolução do processo de formação das entidades de classe empresariais ver Leme (1978)

<sup>4</sup> Na teoria da distribuição de Cambridge, com o propósito de resolver o problema da trajetória instável de crescimento levantada por Harrod, a inflação aparece como um possível componente capaz de realizar o ajuste entre a poupança potencial e o investimento autônomo, e há um *trade-off* de longo prazo entre consumo e investimento.

<sup>5</sup> O autor define tal desemprego como aquele que não pode ser eliminado com o aumento da procura, dada a insuficiência de capital para empregar todos os trabalhadores disponíveis (MAGALHÃES, 1962, p. 46).

titulação de Doutor em Economia pela *Universite de Paris I* e de Livre-Docente pela Universidade de São Paulo, constrói sua tese a partir da análise de uma série de trabalhos conhecidos, como dentre outros, os de Schumpeter, Hicks, Harrod, Domar, Robinson, Kaldor, Prebisch e Ignácio Rangel. A escolha de Magalhães como autor analisado vai portanto também ao encontro de uma das principais dificuldades intrínsecas à análise do pensamento econômico do empresariado, dado que este apresenta usualmente um pensamento teoricamente menos formalizado.

Não obstante também sua consistente formação teórica, Magalhães manifesta uma singular preocupação em apresentar suas ideias de forma a alcançar o público não familiarizado com a linguagem dos modelos econômicos, principalmente em seus livros de 1962, "Uma Nova Formulação Teórica para o Desenvolvimento Econômico Brasileiro", e de 1963, "Desenvolvimento Econômico", voltados sobretudo a tais leitores. Além de ser o primeiro trabalho a exibir uma linguagem simples e sem modelos, o seu livro de 1962 é também o primeiro em que Magalhães defende abertamente a contenção dos salários reais e, conseqüentemente do consumo, a fim de financiar o investimento. Ainda acerca das obras analisadas, é importante ressaltar que os dois trabalhos supracitados, além de seu livro de 1961 "Controvérsia Brasileira sobre o Desenvolvimento Econômico", constituem edições especiais do mensário Desenvolvimento e Conjuntura, criado pela CNI em 1957, ressaltando a associação do autor ao pensamento da instituição.

Ainda que a poupança forçada envolva controvérsias além da política monetária, a inflação desempenha um papel importante na problemática, como já demonstrado. Sendo assim, o artigo divide-se em quatro seções além desta introdução, expondo as principais ideias do autor acerca do processo inflacionário e inferindo a partir destas os pontos concernentes à questão da poupança forçada. Dada a importância conferida pelo autor à abordagem formal dos problemas econômicos, a sessão seguinte apresenta os principais pontos intrínsecos a seus modelos, e a partir de tal exposição, delineia as causas do processo inflacionário apontadas por ele. A terceira sessão indica as repercussões do processo inflacionário na sociedade com base nos trabalhos analisados, enquanto a quarta assinala as políticas recomendadas por Magalhães para conter a inflação. A quinta apresenta os comentários feitos pelo autor ao pensamento cepalino sobre a questão da poupança forçada, assim como a relação apontada por ele entre a estabilização monetária e o nacionalismo. A seção número cinco também expõe a recepção da CNI ao Plano Trienal elaborado por Furtado no início da década de 1960.

## 2. A abordagem formal da problemática e as causas da inflação

João Paulo de Almeida Magalhães, ao tentar categorizar o pensamento econômico na América Latina, o divide em três grandes correntes, enquadrando-se na terceira: os adeptos da ortodoxia econômica, tendo como principal expoente o professor Eugênio Gudín, os estruturalistas ligados à CEPAL e os heterodoxos. Apesar de enquadrar-se no campo da heterodoxia econômica, o autor dá indícios de ser também adepto do modelo de aprendizado denominado em Arida (1996) de *hard science*, em que encontramos uma fronteira do conhecimento que abarca todo o pensamento válido desenvolvido anteriormente. Tal indício fica claro quando, em seu livro de 1961, decide incluir dois trabalhos recentes em sua análise – os de Fellner e Kurihara – com o objetivo de delinear as contribuições definitivas na ciência econômica feitas por trabalhos anteriores, dado que tais contribuições definitivas eram para Magalhães as que haviam perpetuado-se ao longo do tempo (MAGALHÃES, 1961, p. 78).

Como dito anteriormente, Magalhães baseia-se para desenvolver suas análises em uma extensa lista de autores, sendo muitos deles de países de economias avançadas. A despeito deste fato, o autor defende que o desenvolvimento econômico, definido como a eliminação do atraso tecnológico dos países subdesenvolvidos e o progressivo aumento da renda *per capita*, é um fenômeno distinto do crescimento econômico e portanto pleiteia uma teoria também distinta da elaborada para as economias maduras. Em 1961 o autor argumenta que "as análises existentes encontram-se, via de regra, em estágio elementar e aplicam-se dificilmente ao caso do subdesenvolvimento econômico" (MAGALHÃES, 1961, p. 82). Neste sentido, segundo Magalhães, a economia diferenciava-se com nitidez de outros campos de pesquisa como, por exemplo, da medicina, em que uma vacina podia ser utilizada em escala mundial sem significativas objeções (MAGALHÃES, 1962, p. 9). O autor encontra ainda respaldo para desenvolver uma teoria específica para os países subdesenvolvidos nos trabalhos de um dos expoentes da Escola Histórica Alemã, Friedrich List, que elaborou um arcabouço teórico para defender a necessidade de proteção da indústria alemã nascente, com o argumento que ficou conhecido como "indústria infante" (MAGALHÃES, 1962, p. 9). Seu modelo vai ainda além no que concerne à especificidade, dado que é feito apenas para analisar as economias subdesenvolvidas que já venceram a etapa inicial do desenvolvimento econômico e podem ser enquadradas como economias capitalistas, sendo tal o caso da América Latina em seu conjunto. Além de definir uma economia subdesenvolvida como aquela em que há uma baixa renda *per capita* em comparação com os países desenvolvidos, Magalhães também acredita na existência de uma estrutura de produção dual intrínseca às economias mais pobres, onde coexistem um setor altamente capitalista e com tecnologia avançada e

outro com a adoção de técnicas rudimentares. Neste sentido o desenvolvimento também pode ser definido como a gradativa expansão deste primeiro setor capitalista (MAGALHÃES, 1961, p. 93).

Em consonância com sua defesa de criar um modelo que fosse útil para a análise econômica nos países subdesenvolvidos, já em seu primeiro livro lançado em 1954, o autor esboça uma construção teórica em que delineia as principais características do desenvolvimento econômico de uma economia do tipo brasileira, aperfeiçoando-a em seu livro de 1961. Inspirado também por Hicks, que segundo Magalhães, muito havia contribuído para o desenvolvimento da aplicação de recursos gráficos aos problemas da economia, utiliza com bastante ênfase tais recursos. Dado o relativo esforço de Magalhães em traduzir seu pensamento de forma gráfica, tanto em seu modelo de 1954 quanto o aperfeiçoado em 1961, reproduzimos na (FIGURA 1) este último trabalho.

Antes de comentar seu modelo, é necessário entretanto apontar alguns aspectos da análise do autor. Magalhães deixa claro que seu trabalho aplicava-se inteiramente a explicar o desenvolvimento em uma perspectiva de longo prazo, e chama atenção para a ameaça inerente aos trabalhos que utilizam técnicas destinadas a inquirir apenas a conjuntura econômica e as aplicam à dinâmica secular. Magalhães explana que a ocorrência de tal imprecisão era bastante frequente, dada a facilidade oferecida pela adaptação de técnicas já conhecidas, as destinadas a analisar o curto prazo, a novos problemas (MAGALHÃES, 1954, p. 13). Este ponto é importante para compreender as conclusões dadas por Magalhães quanto ao uso da poupança forçada: o autor alega interessar-se apenas pelo desenvolvimento no longo prazo e portanto não exclui a necessidade de existir, em alguma medida, um sacrifício no ínterim do aumento da renda *per capita*.

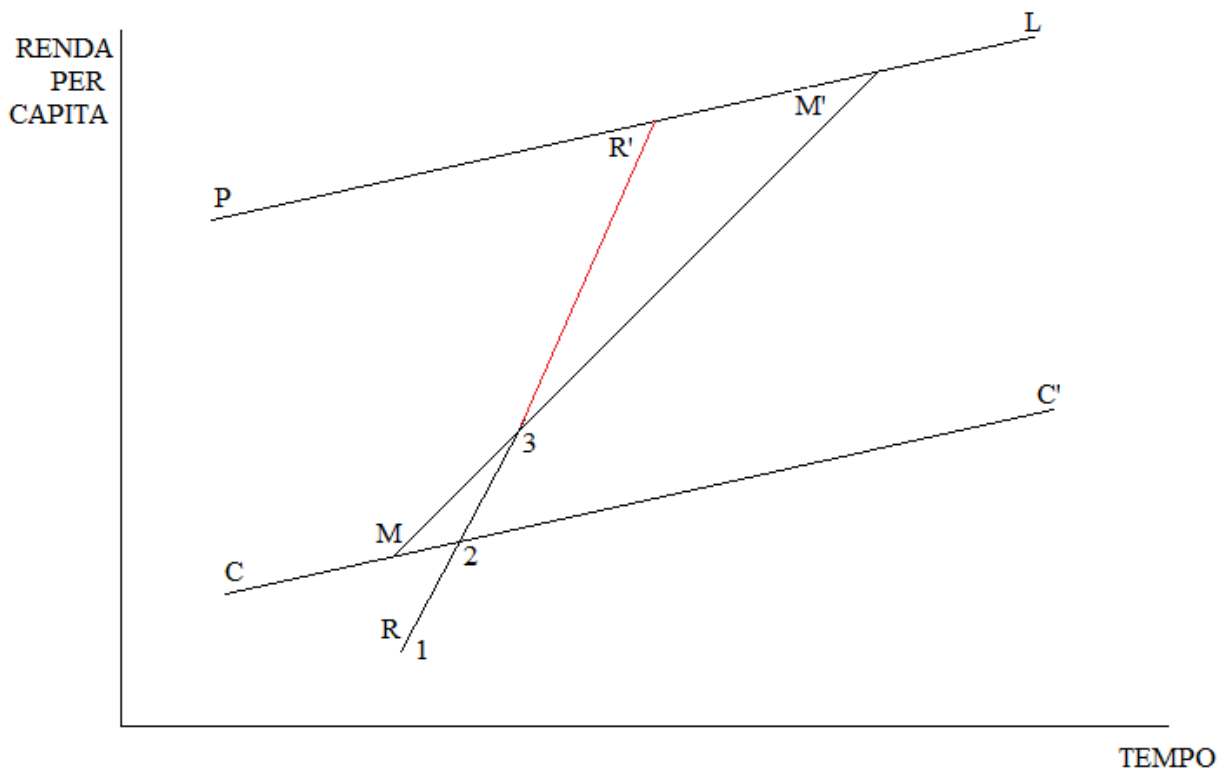
Outro aspecto que deve ser considerado é que Magalhães dedica-se a analisar somente a dinâmica parcial da economia, em que apenas alguns elementos exógenos essenciais que apresentam variação contínua<sup>6</sup> são incluídos, citando como exemplo de trabalhos que utilizam esta abordagem os de Harrod, Hansen e Hicks. Em contraste com a análise da dinâmica parcial, "os defensores da dinâmica global exigem que se explique não apenas o movimento das chamadas variáveis econômicas, mas ainda as mutações dos dados" (MAGALHÃES, 1954, p. 15). Magalhães também exemplifica o que ele enquadra como dados: "os dados seriam, entre outros, a inovação técnica, as modificações da população, a escala de valoração de cada indivíduo, a estrutura legal etc." (MAGALHÃES, 1954, p. 14). Em suma, Magalhães acredita que cabem aos modelos da dinâmica parcial, usados por ele como exemplos, explicar os efeitos dos dados nas variáveis econômicas, mas não as causas que levaram estes dados a se modificarem em primeiro lugar. Apesar disso, acredita na validade da dinâmica global, mas defende que esta não estava ainda além de discussões metodológicas e tentativas pouco sistemáticas.

---

<sup>6</sup> É relevante chamar a atenção para o fato de que neste caso, os elementos de variação contínua contrastam com aqueles que apresentam mutações, ou seja, mudanças bruscas, como por exemplo os períodos de guerras.

Um outro ponto a ser destacado é o contexto histórico em que Magalhães delineia as primeiras características de seu modelo, em 1954. Partindo de um diagnóstico de que a inflação no país era causada pela emissão monetária e pelo déficit público, Gudin, então Ministro da Fazenda, implementa uma política de austeridade e de contenção do crédito. A instrução 108 da SUMOC, por exemplo, não só aumentava a taxa do compulsório como determinava seu recolhimento não mais junto ao Banco do Brasil e sim à SUMOC, garantindo a eficácia da redução creditícia. A política tem como resultado a falência de várias empresas e bancos e a diminuição da formação bruta de capital fixo.

Tendo em mente estas três considerações, elucidaremos a (FIGURA 1). O modelo ilustra como ocorre o aumento da renda *per capita*, representado no eixo vertical, ao longo do tempo em uma economia subdesenvolvida. A figura apresenta primeiramente duas retas principais e paralelas, a reta CC' e a reta PL. Enquanto a primeira delas representa o teto da plena utilização do capital disponível a segunda simboliza o teto da plena utilização da mão-de-obra, sendo esta última o ponto em que o país deixa a condição de subdesenvolvimento. Este é um ponto central do pensamento de Magalhães: o autor acreditava que nas economias subdesenvolvidas havia escassez de capital e excesso de mão-de-obra, em discordância, portanto, com o pensamento ortodoxo brasileiro, que sustentava que a economia brasileira estava no ponto de pleno emprego da mão-de-obra, e também do pensamento de Ignácio Rangel, que defendia a existência tanto de mão-de-obra quanto de capital desocupados. Dado que para o autor as economias maduras eram caracterizadas pela escassez de trabalhadores e excesso de capital, o desenvolvimento constituía-se basicamente em aumentar o capital disponível para empregar o excesso de mão-de-obra das economias mais pobres.



**Figura 1 - O crescimento da renda *per capita* nos países subdesenvolvidos**

Fonte: Magalhães, 1961, p. 104.

O autor começa supondo que a economia encontra-se no ponto 1 no que concerne à renda *per capita* e há então uma política deliberada visando o aumento do produto em um ritmo representado pela inclinação da reta  $RR'$ . No trecho constituído entre o ponto 1 e 2 o crescimento é feito através da eliminação do desemprego keynesiano, o desemprego que pode ser eliminado através de incrementos da demanda efetiva. Alcançado o ponto 2, em que todo o capital disponível encontra-se ocupado, os formuladores de política econômica encontram duas alternativas: aumentar a taxa de poupança da economia permitindo o aumento do capital, e logo continuar crescendo a um ritmo representado pela inclinação da reta  $RR'$ , ou aceitar um ritmo de crescimento à taxa representada pela inclinação da reta  $CC'$ <sup>7</sup>. É neste ponto que encontramos a causa primeira da inflação nas economias subdesenvolvidas: ela indica o ponto em que a economia encontra-se em plena utilização do capital. A solução apresentada pelo autor para a inflação, desenvolvida com maior minúcia na seção quatro, é portanto a mesma que para o problema do subdesenvolvimento: aumentar a taxa de poupança e por conseguinte expandir o capital.

<sup>7</sup> A reta  $CC'$  apresenta inclinação positiva porque o autor assume a lei psicológica fundamental de Keynes, que sustenta que a poupança aumenta mais que proporcionalmente com o aumento da renda. A reta  $PL$  por sua vez, apresenta inclinação positiva pois reflete o avanço tecnológico que permite aumentar a produtividade da mão-de-obra da economia.

Resta ainda explanarmos o que representa a reta  $MM'$  do modelo em análise, que possui especial significação no que concerne à política de planejamento. Já em seu livro de 1954 o autor, ao discordar da divisão feita por Barrère das fases de desenvolvimento de uma economia, define que as economias em vias de desenvolvimento possuíam um crescimento limitado ao mesmo tempo tanto pela insuficiência de poupança quanto pela capacidade de absorção (MAGALHÃES, 1954, p. 103). A reta  $MM'$  representa assim o fato de que a economia é incapaz de absorver uma taxa de investimentos superior a um dado ritmo (MAGALHÃES, 1961, p. 106). Este fato também implica que, ultrapassada a capacidade de absorção, o crescimento da economia é puramente monetário, ilustrado pelo segmento vermelho da reta que indica a taxa de crescimento, a reta  $RR'$ . Apesar de ter incluído esta segunda limitação ao crescimento, além do já supracitado volume da poupança, Magalhães argumenta que a importância da taxa de absorção é secundária:

"A introdução da  $MM'$ , ou capacidade de absorção, não modifica os termos do problema. A própria  $MM'$  é deslocável. Uma política bem orientada de desenvolvimento, ao mesmo tempo que eleva a taxa de poupança, cria as condições requeridas para que os novos investimentos sejam absorvidos sem dificuldade. [...] Note-se, aliás, que a capacidade de absorção constitui um limite bem mais flexível que o representado pela taxa de poupança. Em condições normais, portanto, sua neutralização não oferece problemas" (MAGALHÃES, 1961, p. 107).

A despeito de deixar claro que a capacidade de absorção não é um problema muito grande, o autor acredita na relevância de incluir a problemática pois esta adquire maior proporção diante de um aporte significativo de capital estrangeiro e também porque o desenvolvimento da economia brasileira podia ser ameaçado, dentre outros, pela carência de pessoal técnico, pela má orientação dos investimentos e pelos estrangulamentos. É então que o autor conclui que "talvez estejamos aqui diante de um argumento em prol da programação" (MAGALHÃES, 1961, p. 107).

Segundo o modelo de Magalhães, quando a economia alcança o ponto de pleno emprego do capital inicia-se o processo inflacionário. O autor vai além em esmiuçar tal processo, dividindo-o em duas partes: o mecanismo central da inflação e os condicionantes desta. O mecanismo central da inflação constitui-se da disputa em torno da repartição do produto nacional, ou seja, segundo o autor, em sua essência a inflação é causada pela luta entre as classes sociais:

"A inflação é o processo cumulativo de elevação de preços, que resulta, durante um período, do combate monetário, entre os diversos agentes econômicos para manter ou conservar sua renda real [...] quando a massa global dos bens disponíveis na economia é insuficiente para satisfazer simultaneamente todas as exigências" (MAGALHÃES, 1964, p. 14, nota de rodapé).



No que concerne a segunda parte em que o processo inflacionário é dividido, o autor apresenta a emissão monetária como o condicionante da inflação, assumindo esta, portanto, um papel passivo no processo inflacionário, em divergência direta com a teoria quantitativa da moeda (MAGALHÃES, 1964, p. 14). O trecho ressaltado anteriormente ainda nos apresenta a definição do fenômeno inflacionário dado por Magalhães: a inflação é o processo cumulativo de elevação dos preços. Apesar de que, em uma primeira leitura tal afirmação parece trivial, o autor defende por exemplo que um aumento generalizado do preço dos produtos dado um aumento dos impostos indiretos, ou ainda um aumento de tais preços dada a elevação dos custos de produção, não pode ser caracterizado como inflação. É a partir deste argumento que Magalhães entra em desacordo com o pensamento estruturalista no que concerne à inflação de custos:

"A existência na América Latina, de processos capazes de desencadear uma inflação de custos parece-nos claramente demonstrada pelos estruturalistas. Cumpre, porém, observar que o simples aumento de preços, decorrente de novos impostos indiretos, da inflexibilidade do setor agrícola e da substituição de importação não constitui, em si, uma inflação. Esta se caracteriza, em verdade, como um processo acumulativo de elevação de preços. Portanto, para que as causas acima desencadeiem uma verdadeira inflação necessário será que os grupos prejudicados reajam tentando recuperar a situação anterior" (MAGALHÃES, 1963, p. 58).

Este ponto, o de que certas elevações de preços não são caracterizadas como inflação, também fica claro quando o autor refere-se à existência de um processo denominado "sopro inflacionário" nas economias latino-americanas. Em 1963, por exemplo, o autor concorda com a tese de que "em países subdesenvolvidos um aumento anual de preços de 5% não é inflação" (MAGALHÃES, 1963, p. 58, nota de rodapé)<sup>8</sup>. Por fim, ainda na citação ressaltada na página anterior, retirada de seu livro de 1964, a de que a inflação ocorre quando há insuficiência dos bens, é salientado um dos pressupostos do modelo desenvolvido anteriormente: as economias subdesenvolvidas, em geral, não apresentam insuficiência da procura global pois a indústria cria seu próprio mercado (MAGALHÃES, 1962, p. 64).

Em suma, esta seção tinha como objetivo apresentar o modelo principal desenvolvido por Magalhães e extrairmos de tal modelo as causas da inflação apontadas por ele. Tendo este fato em mente, concluímos que Magalhães aponta como causa principal da inflação a escassez de capital, e sendo esta uma condição intrínseca ao subdesenvolvimento, persiste uma pressão inflacionária durante todo o período em que o país busca aumentar sua renda *per capita* (MAGALHÃES, 1954, p. 132). O autor também apresenta no decurso de sua obra uma invariável preocupação em definir

---

<sup>8</sup> Outra passagem na qual o autor reforça a ideia é em seu livro de 1964, quando afirma: "um aumento de preços que atinja um ou poucos setores não configura uma inflação. Da mesma forma uma elevação de preços que, embora geral, se realize de uma vez por todas, não se enquadra no conceito de inflação. O que tipifica a inflação, além de sua generalidade, é a constante e gradual elevação de preços" (MAGALHÃES, 1964, p. 12).

corretamente todos os termos apresentados como, dentre muitos, o crescimento, desenvolvimento, subdesenvolvimento, e como já apresentamos, a própria definição de inflação que utiliza em seus trabalhos. Ao afirmar que em seu modelo persiste ainda uma pressão inflacionária, também atenta-se em definir corretamente tal vocábulo, aclarando também os conceitos de inflação latente, inflação reprimida e inflação aberta:

" A primeira [a inflação aberta] existe quando as forças de desequilíbrio se desenvolvem sem empecilhos. [...] Comparando-se as definições verificamos que o conceito de pressão inflacionária e inflação latente se confundem. Podem ser ambas descritas como o excesso potencial de procura sobre a oferta global que não se concretizam graças à atuação de forças imanentes ao sistema. Distinguem-se, pois da inflação reprimida em que o excesso potencial da procura é contida pela intervenção do governo" (MAGALHÃES, 1954, p. 132, nota de rodapé).

Dado que no modelo de Magalhães a causa da pressão inflacionária era a escassez de capital, e que no Brasil tal pressão havia transformado-se em inflação aberta, vamos além na definição das causas do processo inflacionário e concluímos que este tinha como raiz o fato de que o excesso potencial de procura havia se concretizado. Sabendo ainda que a demanda agregada é constituída sobretudo pelo consumo e pelo investimento, o autor afirma em 1964 que a causa fundamental da inflação encontrava-se na "incompatibilidade das aspirações de consumidores e investidores" (MAGALHÃES, 1964, p. 57). Tal afirmação será assaz importante para o delineamento de suas políticas de estabilização, que apresentaremos na sessão quatro. Antes, entretanto, vamos analisar os efeitos da inflação na economia brasileira apontados por Magalhães.

### **3. Os efeitos do processo inflacionário na economia**

Magalhães acreditava firmemente nos benéficos efeitos da inflação sobre o desenvolvimento econômico. Em 1964, em livro intitulado "Inflação e Desenvolvimento" o autor afirma que:

"A inflação nos subdesenvolvidos é capaz de desempenhar um papel dinâmico positivo [...]. O processo inflacionário provoca o fenômeno da chamada poupança forçada monetária. Poupança é a parte da renda anual de um indivíduo ou sociedade que não é consumida, ou seja, que é economizada. A poupança constitui a base de todos os investimentos que se fazem no país. Ora, quando os preços aumentam como consequência, por exemplo de emissões destinadas a financiar uma usina elétrica, os salários reais (isto é, medidos em termos de quantidades de bens que eles podem comprar) baixam proporcionalmente. Tudo se passa, portanto, como se os trabalhadores houvessem sido forçados a entregar parte de sua renda para a construção da usina. Esse é o fenômeno que ocorre na inflação e o que se torna conhecido pelo nome de poupança forçada. Assim, um país que registre 70 de poupança voluntária (definida esta como aquela parte de sua

renda que a população deixa livremente de consumir) pode obter 30 unidades suplementares mediante um surto inflacionário que provoque a formação de poupança forçada. Teremos, assim, a poupança total de 100, o que permitirá um volume igual de investimentos, acelerando, portanto, o desenvolvimento" (MAGALHÃES, 1964, p. 16, grifo próprio).

Inúmeras são as outras passagens que não deixam margem de dúvidas ao fato de que o autor enxergava funcionalidade na inflação. Em seu livro do ano anterior, por exemplo, também afirma que "a poupança forçada monetária contrariamente do que sucedia no caso anterior [o caso dos países desenvolvidos] desempenha importante papel nos subdesenvolvidos" (MAGALHÃES, 1963, p. 27). Em ambas passagens, Magalhães deixa claro que a poupança forçada possui valia apenas no caso dos países mais pobres, onde o mecanismo podia prolongar-se indefinidamente dado o baixo poder de negociação dos trabalhadores, em contraste com os países desenvolvidos, em que o fator raro era a mão-de-obra. A prova de que em economias como a brasileira os trabalhadores não eram capazes de evitar a formação de poupança forçada encontrava-se, segundo Magalhães, no fato de que, apesar dos surtos inflacionários da economia, até aquele momento os sindicatos não haviam sido capazes de obterem uma escala móvel de salários, ou seja, indexarem o reajuste das remunerações do trabalho de acordo com a inflação do período (MAGALHÃES, 1963, p. 28).

Na passagem anteriormente ressaltada na qual o autor afirma "tudo se passa como se os trabalhadores houvessem sido forçados a entregar parte de sua renda", vemos que o mecanismo é associado apenas aos salários reais, ainda que a inflação incida sobre todos os grupos que recebem rendimentos fixos. Sobre a funcionalidade da inflação no que concerne aos outros grupos da economia que possuem tais rendimentos, além dos trabalhadores, Magalhães disserta que:

"Até agora nos referimos apenas aos salários. Qual o papel de outras remunerações fixas, como juros e aluguéis? Enquanto são recebidos por grupos de altas rendas a poupança forçada deles oriunda pode significar simples transferência, ou seja, a poupança suplementar colocada à disposição de investimentos públicos e privados tem sua origem na redução das poupanças dos beneficiários de juros e aluguéis. Neste caso a inflação não estaria contribuindo para o desenvolvimento visto que não ocorre aumento da poupança global" (MAGALHÃES, 1964, p. 20).

Não obstante, o autor defende que tratando-se das classes que possuem renda fixa e enquadram-se na classe média, consumindo a maior parte de suas rendas, há formação de poupança e portanto a inflação apresenta um componente dinâmico para promover o desenvolvimento também nestes casos. Ainda assim, afirma que os rendimentos do trabalho, por sua importância na renda nacional e por dedicarem-se quase em sua totalidade ao consumo, constituem-se a principal fonte da poupança forçada, apontando que "parece-nos inegável, todavia, que a contribuição

fundamental da inflação para o desenvolvimento depende da redução dos salários reais" (MAGALHÃES, 1964, p. 20).

Acerca da incidência da inflação na remuneração do trabalho, entretanto, Magalhães acreditava na existência de um limite para o nível de poupança forçada exigida da população, encontrado por ele no ponto no qual os trabalhadores cogitassem uma conflagração: "Note-se, porém, que o ritmo inflacionário deve situar-se dentro de certos limites, para evitar que, tornando-se insuportável o sacrifício e na impossibilidade de reagir dentro das normas do mercado, as classes prejudicadas evoluam para a revolução social" (MAGALHÃES, 1962, p. 62).

Apesar da controversa afirmação acima, e de apontar a ineficiência do processo inflacionário para promover o crescimento no caso das classes mais ricas e com rendimentos fixos, Magalhães também aborda a questão da contenção de consumo da população mais abastada em geral. O autor aponta, quando aborda a questão do comunismo, que não apresentava resistência quanto a tais políticas. O que extraímos de seus trabalhos é que o autor parece não acreditar que conter o consumo da classe rica e direcionar tal esforço de poupança para os investimentos da economia era o suficiente para promover o desenvolvimento do país. Além disso Magalhães também aponta que, sendo o objetivo da poupança forçada o aumento da relação capital-trabalhador, as distorções causadas pela inflação no que concerne à produtividade do capital tornariam de certa forma contraproducente utilizar o processo inflacionário para aumentar tal relação:

"Em qualquer hipótese, porém, cumpre levar em conta os prejuízos acarretados pelas distorções oriundas da inflação. Dentro do nosso esquema, eles tomariam a forma de queda na produtividade do capital, o que, nos casos mais graves, anularia totalmente os ganhos decorrentes do deslocamento inicial do teto [...]. Não teríamos a menor objeção em aceitar a tese de N. Kaldor, na sua conferência pronunciada no Brasil *"Inflation and Economic development"*, segundo a qual: "A inflação é em todos os sentidos um instrumento inferior comparado com métodos alternativos para atingir os mesmos objetivos". (MAGALHÃES, 1961, p. 99).

Não obstante Magalhães acreditar que a inflação era um instrumento inferior, defendia também que o crescimento com ela superaria aquele do caso em que houvesse a aceitação da plena capacidade como uma barreira intransponível. No que toca a demais distorções do processo inflacionário, além da queda da produtividade do capital, Magalhães afirma que "a respeito destes males deve-se dizer que seu significado, ou foi exagerado ou resulta simplesmente da não adoção de medidas compensatórias" (MAGALHÃES, 1964, p. 25). No que diz respeito, por exemplo, ao fato de que a inflação corrói as remunerações pagas aos serviços públicos, argumenta que a deficiência de tais serviços de infra-estrutura poderia ter sido evitadas se as tarifas fossem reajustadas. Sobre a injustiça social do processo, lança um questionamento: "no caso do desenvolvimento com estabilidade não deveríamos obter igual sacrifício, através de impostos ou poupanças voluntárias?"

(MAGALHÃES, 1964, p. 26). Com isso, sustenta que "não negamos que a inflação possa resultar em certo número de distorções. Afirmamos apenas que estas não tem a relevância necessária para tirar da inflação sua característica de um dos caminhos abertos para se alcançar o desenvolvimento" (MAGALHÃES, 1964, p. 26). Sobre os problemas nas contas externas, Magalhães também defendia que estes persistiriam com a existência ou não da inflação: "as dificuldades na balança de pagamentos dos países em vias de desenvolvimento, não desaparecerão com a simples volta ao equilíbrio monetário" (MAGALHÃES, 1961, p. 155).

Abordamos anteriormente a questão de que nos países subdesenvolvidos a inflação possuía um funcionamento com prazo indefinido dado que os trabalhadores não tinham poder de barganha suficiente para reclamar a implementação do mecanismo de reajuste automático. Iniciada porém a espiral de preços e o aceleração da inflação, Magalhães acredita que esta passa a perder seu potencial dinâmico: "há todavia, sintomas de que, ultrapassando certos limites, a inflação perde a capacidade de constituir apoio efetivo ao desenvolvimento [...]. Seremos pois, levados a reconhecer diferença qualitativa entre processos inflacionários de rimo diferente" (MAGALHÃES, 1964, p. 56). Testemunhando a situação pela qual passava o Brasil, após a falha tentativa de estabilização do Plano Trienal, o autor chamava atenção também para a ameaça constituída por uma hiperinflação: "uma hiperinflação coloca o país à beira do caos social o que, de forma alguma, favorece o desenvolvimento" (MAGALHÃES, 1954, p. 28).

#### **4. O controle do processo inflacionário**

Antes de discutirmos quais as medidas apontadas por Magalhães para conter o processo inflacionário é pertinente tratarmos do posicionamento do autor no que concerne ao papel da intervenção governamental como um todo. Lembrando que o desenvolvimento para ele constituía-se do aumento da renda *per capita*, nos países desenvolvidos em que não era possível o crescimento acima do teto da mão-de-obra<sup>9</sup>, a política econômica tinha como único objetivo a manutenção da renda por habitante no limite do pleno emprego. Já nos países subdesenvolvidos, segundo Magalhães, aumentavam sobremaneira os horizontes de tais políticas, dado que elas poderiam servir ao objetivo de eliminar o estado do subdesenvolvimento<sup>10</sup>, e não somente manter o nível de renda como no caso dos países mais ricos. A necessidade da intervenção governamental se fazia ainda

---

<sup>9</sup> É apropriado lembrarmos que o modelo desenvolvido pelo autor enquadrava-se na análise da dinâmica parcial, tomando uma série de variáveis, como a tecnologia, como dadas.

<sup>10</sup> Apesar de crer que o subdesenvolvimento podia ser eliminado através de políticas econômicas, Magalhães não acreditava na ideia de progresso material, pois não há diminuição do hiato entre as necessidades dos indivíduos e os bens destinados a atender tais necessidades. O autor sustentava sua opinião com base em pesquisas sobre o comportamento do consumidor que indicavam a existência de um mecanismo automático de expansão das necessidades da população (MAGALHÃES, 1954, p. 139).

maior para o autor partindo das estatísticas que apontavam que a diferença de renda entre os países desenvolvidos e os demais havia aumentado substancialmente nos últimos 150 anos, diferença esta advinda do maior incremento de capital disponível por trabalhador nestes (MAGALHÃES, 1963, p. 11). Dada a urgência de uma política de desenvolvimento, Magalhães sustentava que não existia nenhum problema inerente à busca pelo equilíbrio monetário da economia, mas contudo tal busca não poderia ser o objetivo prioritário da política econômica (MAGALHÃES, 1962, p. 15).

Dado o papel da poupança forçada no desenvolvimento, Magalhães acreditava que a eliminação do processo inflacionário deveria ocorrer em concomitância com o aumento da poupança disponível na economia, e prevendo as dificuldades intrínsecas a tal aumento, sustentava que uma política de estabilização levaria em torno de três a quatro anos (MAGALHÃES, 1962, p. 18). A eliminação no curto prazo da inflação, para o autor, interromperia o desenvolvimento econômico: "como vimos acima a pressão inflacionária é constante em países em vias de desenvolvimento. Medidas tendentes a eliminá-la completamente só podem, pois, ter efeito pleno, a partir do momento que interrompam o desenvolvimento" (MAGALHÃES, 1954, p. 131). Em consonância com essa afirmação, mesmo após propor as medidas para conter o processo inflacionário, ressalta que essas tinham como objetivo conter a inflação num teto considerado razoável para autor, correspondendo, no máximo, à 25% ao ano: "a inflação necessária ao desenvolvimento é, contudo uma inflação moderada. A experiência brasileira indica para ela uma taxa máxima de 25%" (MAGALHÃES, 1964, p. 105).

Sendo a política mais importante tanto para o desenvolvimento quanto para a contenção da inflação, os mecanismos para promover o aumento da poupança disponível na economia foram objeto de atenção especial por Magalhães. Como esperado, aponta a poupança externa e o aumento da propensão a poupar interna como tais mecanismos. A despeito disso, não tece demais comentários acerca do investimento estrangeiro, além de apontá-lo como uma medida para aumentar a poupança. Em seu livro de 1961 disserta: "o segundo caso diz respeito aos investimentos internacionais, que ficam fora do campo de nossas cogitações" (MAGALHÃES, 1961, p. 97). Consequentemente, seu esforço de análise dirige-se sobretudo à questão do aumento da propensão marginal a poupar da economia, tópico que salienta com pujança uma das características mais preponderantes do pensamento de Magalhães, isto é, sua visão de que o desenvolvimento demanda esforço por parte de toda a população:

"O desenvolvimento exige sacrifício, ou seja, uma "política de austeridade". Trata-se, em última análise, de uma redução do consumo ou, pelo menos, de uma contenção no seu aumento. Na prática, o fardo pode ser aliviado por diversos meios, entre os quais a entrada de capitais estrangeiros. A alternativa consumo-investimento permanece, porém. É indispensável tê-la em mente sempre que se falar em desenvolvimento. Diríamos mesmo que,

no Brasil, a função, pouco simpática aliás, do economista, tem sido, nos últimos anos, a de chamar à razão políticos que, na euforia dos primeiros sucessos do nosso desenvolvimento, pretendem proporcionar aos seus eleitores níveis de consumo comparáveis aos dos Estados Unidos ou Europa" (MAGALHÃES, 1963, p. 12).

Importante notar que o termo "política de austeridade" foi ressaltado na passagem acima entre aspas. Dada a intensidade do processo inflacionário pelo qual passou o Brasil, Magalhães acreditava à época que o volume de poupança necessário para promover o desenvolvimento já havia sido recolhido, e a contenção do processo inflacionário dependia tão somente das classes prejudicadas aceitarem tal perda:

"Em países como o Brasil, sujeito a um prolongado processo de inflação, pode-se aumentar a poupança voluntária sem se passar por uma real política de austeridade. Em verdade, o sacrifício requerido em termos de contenção do consumo já foi realizado através do mecanismo da inflação, bastando portanto que este fato seja abertamente reconhecido e aceito pelos interessados [...] Na prática, o problema consiste em convencer os trabalhadores de concederem, voluntariamente, o que lhes vinha sendo arrancado subrepticiamente pela inflação" (MAGALHÃES, 1962, ps. 44 e 45).

Em resumo, a principal medida indicada por Magalhães para reduzir a taxa de inflação consistia em convencer a classe trabalhadora a aceitar o salário médio de dado período. Por exemplo, se no início de um ano o salário em termos reais somava Cr\$6.000,00 e passado o tempo, dado o processo inflacionário, consistisse em apenas Cr\$4.000,00, o autor sugere que fosse estabelecido o salário em Cr\$5.000,00, o valor médio, ao invés de persistir a espiral de preços e salários ao exigirem os trabalhadores um reajuste que equivalesse aos Cr\$6.000,00 em termos reais. Para o autor, a aceitação da remuneração no nível proposto não implicaria em sacrifício pois há tempos o salário já havia sido reduzido por causa da inflação. Ao falar sobre a crítica que incide em tal política, disserta, acerca dos investimentos inflacionários: "o fim desejado é, assim, obtido por caminhos escusos, que se supõem politicamente mais aceitáveis" (MAGALHÃES, 1961, p. 98).

Há pouco afirmarmos que Magalhães não acreditava que a inflação na América Latina fosse advinda dos custos. Em consenso com sua indicação, o autor não associa, como o faz Prebisch por exemplo, a implementação de um mercado comum na região ao combate ao processo inflacionário, apesar de acreditar que um acordo regional de comércio fosse útil para o desenvolvimento do país. Magalhães aponta como vantagens de tal tratado a intensificação do processo de substituição de importações, o aumento do mercado e do poder de negociação do bloco como um todo e, como último elemento, a constituição de um acordo evitaria também a duplicação de esforços de produção. Apesar das vantagens, o autor acreditava que o Brasil, com sua dimensão continental, constituía um caso diferenciado em que o estabelecimento de um mercado deste tipo seria útil,

porém não necessário ao desenvolvimento econômico (MAGALHÃES, 1963, p. 96). Magalhães, também discorre acerca de medidas destinadas a lidar, em um eventual mercado, com as substanciais disparidades entre os diversos países da região no que respeita ao nível do desenvolvimento industrial, de forma a distribuir os benefícios da implementação do acordo (MAGALHÃES, 1962, p. 101).

Mais além em sua defesa de que a inflação no país não era de custos, Magalhães criticava as políticas destinadas a aumentarem a produtividade da economia, sobretudo a da mão-de-obra, dado que era o fator abundante no país. Quanto à produtividade do capital, afirma:

"Enquanto as estatísticas revelam um constante acréscimo na produtividade média da mão-de-obra (sua evolução confunde-se, praticamente, com a do produto "*per capita*"), a produtividade média do capital apresenta, pelo contrário, notável constância. Donde se conclui pela impossibilidade nos subdesenvolvidos de uma política, a longo prazo, de aumento da produtividade. Para estes, portanto, a política de produtividade é secundária, devendo todos os esforços se concentrar no incremento da taxa de capitalização" (MAGALHÃES, 1962, p. 61).

O autor defendia que dada a existência de um significativo contingente de mão-de-obra, constituía uma falácia de pensamento a ideia de que implementar um parque industrial não era procedente porque seus custos eram mais altos que o dos países desenvolvidos: "Essa iniciativa [a industrialização] terá bases racionais ainda que o país em causa seja relativamente ineficiente no setor industrial e seus custos (em termos de quantidades físicas de fatores) permaneçam indefinidamente mais elevados que os correntes nos parques manufatureiros de outras partes do mundo" (MAGALHÃES, 1962, p. 64).

Ressaltamos anteriormente que a principal medida indicada por Magalhães para conter o processo inflacionário era a contenção do salário real. Realizada esta etapa de contenção, o autor também esboça em seu livro de 1964 um plano gradual de controle que envolvia ações de curto prazo, como redução dos subsídios e aumento das tarifas, e de médio prazo, como o aumento dos impostos e reformas administrativas objetivando a melhoria da arrecadação (MAGALHÃES, 1964, p. 73) Apontamos também que a meta a ser alcançada pela política de estabilização não era a eliminação total do processo inflacionário, mas apenas seu controle, dados os perigos inerentes à uma hiperinflação. Neste sentido, Magalhães também propõe por fim a adoção de algumas medidas destinadas a corrigirem as distorções da inflação para torná-la admissível pela população, como a indexação do câmbio, as alterações a fim de desencorajar investimentos especulativos, uma política racional de salários destinada a fazer com que os reajustes se antecipassem às greves e a adaptação do sistema fiscal à realidade inflacionária (MAGALHÃES, 1964, p. 74).



## 5. A construção de Brasília, o cenário político e o pensamento da CEPAL

Destacamos anteriormente que para Magalhães a intervenção pró-desenvolvimento se fazia bastante necessária dado que a diferença entre a renda dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos apresentava uma tendência de crescimento. Em seu trabalho de 1963, encontramos outro motivo pelo qual o autor proclamava ser imprescindível uma política para aumentar a renda *per capita* do país: a ameaça comunista<sup>11</sup>. Em tal obra, Magalhães defende que a União Soviética era uma região subdesenvolvida que crescia de forma rápida exatamente porque adotava também de forma acelerada as tecnologias modernas disponíveis e conclui que, abordando as economias mais pobres, "o desenvolvimento econômico surge hoje como indispensável à defesa dos valores da civilização cristã"<sup>12</sup> (MAGALHÃES, 1963, p. 136).

É interessante notarmos também que apesar de ser incluído por Bielschowsky (1995) como um autor desenvolvimentista, Magalhães criticava tal corrente por associá-la ao marxismo:

"O desenvolvimentismo ao endeusar o progresso econômico, passou a ser interpretado por muitos como uma nova espécie de concepção materialista do mundo. Não vamos discutir aqui se os escritos dos autores do grupo autorizam ou não esta interpretação. Sobretudo porque ela resulta, muitas vezes, menos do exame direto dos textos escritos do que do conhecimento puro e simples da participação de intelectuais marxistas nos grupos desenvolvimentistas" (MAGALHÃES, 1963, p. 134).

No mesmo trabalho de 1963 o autor também afirma que:

"No Brasil, a aceitação do desenvolvimento como eliminação do atraso foi prejudicada por uma colocação espúria do problema: nos referimos ao chamado "desenvolvimentismo". Resultou, essa doutrina, ou "ideologia", como preferem chamá-la seus partidários, da tomada de consciência por parte de alguns intelectuais do problema econômico brasileiro. A diminuta participação de economistas nesses grupos impediu que adotassem uma atitude científica em face do problema. Assim sendo, em vez de contribuírem para alargar e aprofundar o debate entre as duas concepções de desenvolvimento acima estudadas, introduziram toda uma série de malentendidos e confusões, tentando distinguir entre partidários e adversários do desenvolvimento, semeando desconfianças onde até então apenas existiam discordâncias científicas. [...] O "desenvolvimentismo"

---

<sup>11</sup> Utilizando uma base de dados com os dezesseis principais grupos nacionais - com um capital superior a 4 bilhões de cruzeiros em 1962 - Cardoso (1971) indica que cerca de 24% dos empresários entrevistados apontaram como medida mais importante para o fortalecimento da indústria a longo prazo o "fortalecimento do bloco ocidental" (CARDOSO, 1971, p. 142).

<sup>12</sup> A preocupação da CNI com a questão da ideologia marxista constitui-se uma das motivações para a fundação do SESI, do SENAI e do Instituto Euvaldo Lodi. Como aponta Rodrigues (1998): "o projeto pedagógico dos industriais, sempre foi, para além dos interesses imediatos da produção e como condição necessária para que isto se cumpra com eficácia, um projeto de "direção moral, cultural e ideológica" para a sociedade brasileira" (RODRIGUES, 1998, p. 11). A promoção de novas opções de lazer, educação e assistência média era um meio de mostrar ao operariado a superioridade do capitalismo sem incorrer em aumentos salariais (RODRIGUES, 1998, p. 24).

trouxe, portanto, maiores prejuízos do que vantagens" (MAGALHÃES, 1963, p. 19).

Em tal cenário de urgência no que se referia à superação da condição de subdesenvolvimento dada a ameaça do pensamento marxista, Magalhães defende que a construção de Brasília surge como um importante passo para tal superação ao promover o sentimento nacionalista brasileiro, já que nenhum outro país havia construído em tão pouco tempo e em um lugar tão desértico uma nova sede administrativa (MAGALHÃES, 1963, p. 139). Segundo Magalhães, "esse fato, que para alguns, pareceria a confirmação final da irracionalidade do empreendimento, teve aparentemente, o efeito de libertar o povo brasileiro de um renitente complexo de inferioridade" (MAGALHÃES, 1963, p. 20). A relação entre o nacionalismo e o desenvolvimento é aclarada na mesma obra: "há uma interação entre desenvolvimento e nacionalismo. A glorificação da nação requer mais produção econômica. Nacionalismo é também um incentivo para o sacrifício necessário para a formação do capital" (MAGALHÃES, 1963, p. 20).

Magalhães sustenta seu argumento no tocante à questão de Brasília mostrando que entre 1958 e 1959 houvera um aumento do custo de vida de 40%, duas vezes mais alto do que o valor já apresentado até então no passado recente, e a esperada inquietação social resultante dessa corrosão do poder de compra não havia se manifestado. O autor aponta que "Brasília eletrizou, aparentemente, a opinião pública, e absolveu o Governo de todos os erros. Os sacrifícios em prol do desenvolvimento, simbolizado pela nova capital eram, pela primeira vez, aceitos de bom grado" (MAGALHÃES, 1963, p. 139).

Além de tecer considerações acerca da construção de Brasília, os planos de estabilização de Lucas Lopes e o Plano Trienal de Celso Furtado foram também objeto de análise por Magalhães. Sendo um plano considerado ortodoxo pelo autor, o primeiro deles recebeu uma série de críticas, dado que as medidas planejadas destruiriam o mecanismo da poupança forçada: "a crítica fundamental a ser feita ao Programa de Estabilização é de que ignorou o papel dinâmico da inflação exercido através do mecanismo da poupança forçada" (MAGALHÃES, 1964, p. 61)<sup>13</sup>. Trechos seguintes também associa o governo Juscelino ao já criticado desenvolvimentismo: "Lançado num governo "desenvolvimentista", pouco tardou que se fossem percebidos seus corolários negativos. A consequência disso foi seu quase imediato abandono" (MAGALHÃES, 1964, p. 62).

---

<sup>13</sup> Para uma análise pormenorizada acerca da recepção da CNI ao Plano de Estabilização Monetária - PEM, recomenda-se a leitura de Saretta (2008). O autor, ao analisar o porta voz da CNI, o periódico Desenvolvimento e Conjuntura, também conclui que neste caso houve a defesa explícita do mecanismo inflacionário como promotor do crescimento econômico. Os trabalhos do Desenvolvimento e Conjuntura demonstrariam a opinião de que bastava a poupança para que a economia crescesse, e criticavam o "distributivismo", pois o aumento dos salários acima do custo de vida teria como efeito a diminuição do investimento. Segundo Saretta, os autores do mensário buscavam respaldo de sua tese nos trabalhos de Prebisch e Kaldor (SARETTA, 2008, p. 11).

Já a crítica ao Plano Trienal feita pelo autor recaí sobretudo na ausência da defendida política de convencer os trabalhadores a aceitarem o salário médio:

"O Plano Trienal também fracassou redondamente, embora por motivos diferentes dos que explicam o insucesso da tentativa anterior. Em verdade, posto que houvesse realizado substancial progresso ao adotar medidas para preservar o desenvolvimento não chegou às ultimas consequências da posição escolhida. Não procurou, em verdade, obter das classes de rendimentos fixos a realização voluntária de poupanças que, até o momento, vinham sendo conseguidas pelo caminho da inflação. Ao optar pelo desenvolvimento e recusar uma política salarial realista o Plano Trienal estava, inadvertidamente, tornando a inflação inevitável. Por esse motivo fracassou como instrumento de contenção de preços" (MAGALHÃES, 1964, p. 63).

É singular, dado que Magalhães se considerava um autor heterodoxo e apontava como objetivo principal analisar o desenvolvimento brasileiro, observarmos que a despeito de comentar uma série de trabalhos produzidos no Brasil e na América Latina, como os de Prebisch, Pinto, Sunkel, Rangel e Gudín, a única obra comentada de Celso Furtado, ainda que sem a atribuição da autoria, seja o Plano Trienal neste livro de 1964, do qual extraímos a citação acima. O nome de Furtado é citado uma única vez em toda a obra de Magalhães analisada: em seu livro de 1961, quando faz referência a uma lista de autores que se contrapunham às políticas indicadas pelo *mainstream* (MAGALHÃES, 1961, p. 11).

No tocante à CEPAL como um todo, e mais especificamente, à questão da inflação estrutural, Magalhães aborda a teoria atribuindo sua origem ao artigo de Sunkel publicado em 1958:

"No Chile as objeções ao esquema F.M.I. - Klein and Saks insistiram precipuamente no fato de que a fórmula adotada considerava o problema de maneira epidérmica ignorando, pura e simplesmente as peculiaridades estruturais da economia nacional. Manifestação desse ponto de vista se acha implícita no Estudo Económico de América Latina - 1957. O Sr. Oswaldo Sunkel procurou explicitá-lo em artigo publicado, inicialmente, no número 4 de 1958 de "El Trimestre Económico". De então para cá surgiu todo um movimento de idéias que se convencionou chamar de *teoria estruturalista da inflação*" (MAGALHÃES, 1963, p. 44).

O autor ressalta que as ideias da CEPAL acerca da inflação realmente constituíam um conjunto de objeções incontestavelmente pertinentes e que de fato constituíam também uma real contribuição para a análise do desenvolvimento, mas que não chegavam a formar uma teoria propriamente dita. Seu argumento baseava-se em que "melhor comprovação da inexistência de uma

teoria estruturalista se acha [...] na própria dificuldade de que se encontram seus partidários para formularem um programa logicamente concatenado<sup>14</sup> (MAGALHÃES 1964, p. 91).

Por fim, no que diz respeito à associação do pensamento cepalino entre desenvolvimento e inflação, Magalhães discorre que os estruturalistas admitiam a importância crucial da formação de poupança para o crescimento, mas tendiam a ser omissos no que tratava das implicações desse fato:

"A par do limite acima, determinado "ceteris paribus" pelo nível das exportações, fala-se também na insuficiência da poupança interna. Esta insuficiência poderia constituir uma segunda determinante da inflação de procura. Curiosamente, porém, os autores estruturalistas, após reconhecerem o papel do baixo nível das poupanças, tendem a escamotear esse fator no restante do raciocínio" (MAGALHÃES, 1964, p. 90).

Completando sua análise, o autor alega que a CEPAL acreditava no potencial da inflação para promover o desenvolvimento, mas era apenas cética quanto à concretização das condições necessárias para que o processo inflacionário realmente tivesse efeitos positivos, como os lucros advindos dos preços mais altos serem majoritariamente dirigidos aos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico, a não existência de restrições a importações de bens de capital e uma disciplina seletiva de crédito no sistema bancário (MAGALHÃES, 1961, p. 57). Acerca destas condições, Magalhães acreditava que o Brasil já havia vencido a etapa em que a restrição à importação de bens de capital era um obstáculo intransponível e defendia maior controle no sistema de empréstimos bancários. No papel de representante da classe empresarial considerava também que maiores lucros implicavam em investimentos mais altos, deduzindo com isto que a inflação era capaz, no caso brasileiro, de auxiliar na promoção do desenvolvimento.

## 6. Considerações finais

Este artigo possuía como objetivo analisar a associação entre o pensamento da Confederação Nacional da Indústria, representado por João Paulo de Almeida Magalhães, e a tese da poupança forçada. Com base em seus trabalhos, em que o autor transparecia o ideal de que a inflação podia ter um papel funcional na capitalização do país, é possível concluir que, na ausência de outras medidas, o autor defendia a tese em questão. Entretanto, uma qualificação é necessária: partindo do pressuposto de que a inflação causava queda na produtividade do capital, e portanto, poderia ser contraproducente em relação ao objetivo de aumentar o volume deste na economia, Magalhães defendia a poupança *voluntária*. A principal medida recomendada pelo autor para conter o processo

---

<sup>14</sup> É interessante notarmos que o autor não associa o Plano Trienal à teoria estruturalista da inflação, apesar de, como aponta Boianovsky (2012), Furtado ter sido o primeiro a implementar um programa de estabilização na América Latina que utilizava o arcabouço teórico do estruturalismo.

inflacionário era, portanto, a *aceitação* por parte das classes trabalhadoras da perda de parte de seus rendimentos por causa da inflação. Mais além, com base em suas afirmações acerca do *trade-off* existente entre consumo e investimento, é possível afirmar também que o autor enxergava o desenvolvimento econômico como um processo que envolvia um significativo grau de sacrifício por parte de toda a sociedade. Neste contexto, o caminho oferecido pelo autor para promover a conscientização da necessidade de tal sacrifício era sobretudo o nacionalismo.

Na primeira seção deste trabalho, ressaltamos que Magalhães afirmou apoiar-se nos trabalhos de List para desenvolver um modelo de desenvolvimento específico para as economias subdesenvolvidas, utilizando um importante argumento da Retórica ao fundamentar seu trabalho em um consagrado autor do passado. Além da questão da especificidade inerente à seus modelos, a importância dada ao nacionalismo, a preocupação com o desenvolvimento e em certo sentido, a rejeição do conceito de um *homo economicus* universal parece evidenciar outros pontos de similaridade com o pensamento da Escola Histórica. Essa rejeição do conceito de um homem universal fica evidente, por exemplo, quando o autor aponta o "renitente complexo de inferioridade" dos brasileiros, ao abordar a questão da construção de Brasília.

Apesar de se enquadrar na heterodoxia - sem definição do termo dada pelo autor - é interessante notar que Magalhães não discute frontalmente com nenhum economista que ele denominava ortodoxo, como Gudin. Os únicos autores para os quais ele teceu considerações diretamente foram os cepalinos, tanto acerca da inflação de custos quanto acerca do papel da poupança no desenvolvimento, e os desenvolvimentistas, para ressaltar que tal corrente "trouxe maiores prejuízos do que vantagens". Quanto à questão dos desenvolvimentistas, um último comentário acerca do termo é pertinente. Apesar de Bielschowsky enquadrar Magalhães e toda a CNI no pensamento em questão, o autor, como já ressaltado, tinha aversão à corrente, ainda que também definindo-a como "ideologia" de superação do subdesenvolvimento, assim como Bielschowsky. Um questionamento derivado dessa assertiva é se tal associação, desenvolvimentismo e comunismo, era recorrente nas décadas analisadas ou fora um ponto de vista particular de Magalhães.

## **7. Referências Bibliográficas**

ARIDA, Pêrsio. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. In: REGO, José Márcio (org). Retórica na Economia. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 11 - 46.

BOIANOVSKY, M. *Celso Furtado and the Structuralist-Monetarist debate on economic stabilization in Latin America*. History of Political Economy, 44:2, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologia do empresariado argentino e brasileiro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 219 p.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1995. 480 p.

FRANCO, G. H. B. O Desafio Brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda. Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. Auge e declínio do inflacionismo no Brasil. In: GIAMBIAGI, G; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. (Org.). Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

LEME, M.S. A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919 - 1945). Petrópolis: Vozes, 1978. 187 p.

MAGALHÃES, J.P.A. A Teoria Moderna do Crescimento Econômico e o Problema do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Gráfica Mendes Junior, 1954. 141 p.

\_\_\_\_\_. A Controvérsia Brasileira sobre o Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Desenvolvimento e Conjuntura, 1961. 164 p.

\_\_\_\_\_. Uma Nova Formulação Teórica para o Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro: Desenvolvimento e Conjuntura, 1962. 71 p.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Desenvolvimento e Conjuntura, 1963. 149 p.

\_\_\_\_\_. Inflação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964. 106 p.

SARETTA, F. A Confederação Nacional da Indústria e o Plano de Estabilização Monetária de 1958. In: Anais do XXXVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Economia, Salvador, 2008.

RODRIGUES, J. *O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2001. 87 p.